Orçamento de Mato Grosso para 2027 aprovado com R$ 46,12 bilhões e investimentos de R$ 5,65 bilhões

ALMT aprova PLOA 2027 com orçamento 13% maior e reserva de R$ 1 bilhão para reajuste de servidores

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou em primeira votação, nesta quarta-feira (18), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027. A proposta, encaminhada pelo Poder Executivo através do Projeto de Lei nº 1.144/2026, estabelece um orçamento total de R$ 46,12 bilhões para o próximo ano, representando um crescimento de 13,07% comparado ao orçamento de 2026.

O documento prevê alocação de recursos em diferentes áreas estratégicas da administração estadual. Do total orçado, R$ 32,22 bilhões correspondem ao orçamento fiscal, enquanto R$ 13,9 bilhões integram o orçamento da seguridade social. A previsão de investimentos para 2027 soma R$ 5,65 bilhões, registrando um incremento de 23,67% em relação ao ano anterior, representando aproximadamente 12,25% do orçamento estadual total.

Os recursos destinados aos investimentos abrangem múltiplas áreas prioritárias, incluindo infraestrutura, educação, saúde e segurança pública. Na área de infraestrutura, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) receberá R$ 4,337 bilhões, dos quais R$ 1,31 bilhão será direcionado especificamente para a pavimentação de rodovias estaduais.

Entre os segmentos com maior volume de recursos alocados destaca-se a Previdência Social, com R$ 7,91 bilhões; a Educação, que receberá R$ 6,85 bilhões, configurando um aumento de 12,46%; e a Segurança Pública, com R$ 4,92 bilhões, registrando um crescimento de 6,22% em relação ao orçamento de 2026.

O orçamento também garante o cumprimento das exigências constitucionais de investimento mínimo em saúde e educação. Estão previstos R$ 5,07 bilhões para a saúde pública, além de R$ 2,69 bilhões destinados ao ensino. Complementando esses investimentos, R$ 3,18 bilhões foram alocados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Outro destaque da proposta orçamentária refere-se à reserva de R$ 1,068 bilhão para o Reajuste Geral Anual (RGA) dos servidores públicos estaduais. O reajuste foi estimado em 5,36%, baseado principalmente na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), garantindo a recomposição salarial dos profissionais da administração estadual.

Após a aprovação em primeira votação, o projeto permanecerá em tramitação na Assembleia Legislativa para prosseguimento da análise técnica e votação definitiva, com previsão de conclusão do processo legislativo até o término do ano.